

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: contribuições da investigação científica no exercício do direito à participação de crianças

Amanda Cristina Ribeiro da Costa¹
Lilia lêda Chaves Cavalcante²
Cássia Danielle Guimarães Castro³

Resumo: Este artigo objetiva discutir as metodologias participativas na produção do conhecimento, como contribuição ao exercício do direito à participação de crianças por meio da investigação científica. O estudo considerou fontes de pesquisa bibliográficas e documentais para identificação e análise dessas contribuições. Verificou-se que as metodologias participativas nos estudos com crianças facilitam o processo de emergência das vozes e a representação desses sujeitos no processo de pesquisa, contribuindo com a narrativa das vivências cotidianas das mesmas e para uma visão mais complexa e multifacetada do mundo infantil. Identificou-se nas fontes consultadas que o uso de jogos, histórias, desenhos, fotografias, dramatização, entre outros recursos e técnicas, promovem abordagens mais colaborativas e menos hierárquica com crianças. Esse tipo de pesquisa, embora complexo, revela-se, também, mais inclusivo ao possibilitar a participação de crianças em situação de vulnerabilidade, em risco social e pessoal, institucionalizadas, com alguma deficiência ou outras particularidades, que por muitos anos foram invisibilizadas por meio de metodologias tradicionais de pesquisa.

Palavras-chave: Metodologias participativas; Pesquisa; Crianças; Direitos.

PARTICIPATORY METHODOLOGIES IN KNOWLEDGE PRODUCTION: contributions of scientific research in exercising children's right to participation

Abstract: This article aims to discuss participatory methodologies in knowledge production as a contribution to the exercise of children's right to

¹ Doutora em Psicologia (Teoria e pesquisa do comportamento) pela Universidade Federal do Pará. Email: amandacosta@ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9334603555223473>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1765-2972>.

² Doutora em Psicologia (Teoria e pesquisa do comportamento) pela Universidade Federal do Pará. Email: liliacavalcante@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4743726124254735>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3154-0651>.

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Email: cassiadaniellec@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0206652811338937>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3706-8563>.

participation through scientific research. The study considered bibliographic and documentary research sources to identify and analyze these contributions. It was found that participatory methodologies in studies with children facilitate the emergence of voices and the representation of these subjects in the research process, contributing to the narrative of their daily experiences and to a more complex and multifaceted view of the world of children. The sources consulted identified that the use of games, stories, drawings, photographs, dramatization, among other resources and techniques, promote more collaborative and less hierarchical approaches with children. This type of research, although complex, also proves more inclusive by enabling the participation of children in vulnerable situations, at social and personal risk, institutionalized, with disabilities, or other specific characteristics, who for many years were rendered invisible through traditional research methodologies.

Keywords: Participatory methodologies; Research; Children; Rights.

METODOLOGÍAS PARTICIPATIVAS EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO: aportes de la investigación científica en el ejercicio del derecho a la participación de los niños

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir las metodologías participativas en la producción de conocimiento como una contribución al ejercicio del derecho a la participación de niños, niñas y adolescentes a través de la investigación científica. El estudio consideró fuentes de investigación bibliográfica y documental para identificar y analizar estas contribuciones. Se encontró que las metodologías participativas en estudios con niños, niñas y adolescentes facilitan el surgimiento de voces y la representación de estos sujetos en el proceso de investigación, contribuyendo a la narrativa de sus experiencias cotidianas y a una visión más compleja y multifacética del mundo infantil. Las fuentes consultadas identificaron que el uso de juegos, cuentos, dibujos, fotografías, dramatización, entre otros recursos y técnicas, promueven abordajes más colaborativos y menos jerárquicos con niños, niñas y adolescentes. Este tipo de investigación, aunque compleja, también resulta más inclusiva al posibilitar la participación de niños, niñas y adolescentes en situación de vulnerabilidad, en riesgo social y personal, institucionalizados, con discapacidades u otras características específicas, quienes durante muchos años fueron invisibilizados a través de las metodologías de investigación tradicionales.

Palabras clave: Metodologías participativas; Buscar; Niños; Derechos.

INTRODUÇÃO

Crianças são sujeitos ativos em seu próprio desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996) e, por isso, têm o direito à participação nos processos decisórios que permeiam a vida em sociedade, podendo ser, assim, estimulados, em maior ou menor escala, nos ambientes ecológicos dos quais fazem parte. Nesse sentido, a ideia de participação é apresentada por diferentes marcos legais como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), enquanto um direito materializado, a partir da liberdade de expressão, opinião, participação na vida familiar e comunitária, respeito à dignidade como pessoa humana, entre outros. Estudos têm sido realizados, buscando fornecer subsídios teórico-práticos concretos para a efetivação deste direito (Vieira; Costa; Oliveira, 2021). A seguir, serão apresentadas algumas perspectivas sobre a participação e sua efetivação junto a crianças.

Sobre a participação de crianças e adolescente, Hart (1992) considera que a participação pode ser compreendida a partir de oito níveis divididos em duas etapas: não participação (manipulação, decoração, *tokenismo* - simbolismo) e participação (delegação, com informação; consulta e informação; iniciativa adulto, com partilha de decisões; processo iniciado e dirigido pelas crianças). No entanto, o autor recebeu muitas críticas em função dos níveis hierárquicos do seu modelo de escala, descrevendo basicamente o papel dos adultos. Assim, várias propostas alternativas surgiram a partir da emergência desse debate.

O trabalho de Kirby et. al (2003) propõe um modelo composto por quatro níveis, pelos quais assume-se que 1) as crianças e adolescentes têm seus pontos de vista levados em consideração; 2) durante o processo de tomada de decisões, esses sujeitos são envolvidos; 3) eles partilham poder e responsabilidade na tomada de decisão; e 4) tomam decisões autônomas. De modo complementar, Shier (2001) discorre sobre a possibilidade de os adultos serem facilitadores do processo de participação de crianças, sendo isso

necessário, principalmente, em um estágio inicial do reconhecimento de que a participação das crianças é um direito fundamental a ser garantido.

Shier (2001) também aponta diferentes níveis de participação das crianças, quais sejam: 1) os adultos não precisam “dar voz” às crianças, pois elas já a possuem. É importante que o adulto esteja apto a ouvi-las em situações cotidianas, em pesquisas e/ou intervenções. 2) os adultos conseguem apoiar a opinião das crianças, oferecendo, ativamente, oportunidades de expressão de suas ideias e opiniões, dando a visibilidade necessária para esses sujeitos e adotando suas concepções para as novas práticas, rotinas, entre outros; 3) as opiniões e decisões das crianças são levadas em consideração e elas têm noção disso, o que as tornam visíveis nesse processo; 4) adoção da participação de crianças nos processos de tomada de decisões na sociedade, inclusive, podendo chegar ao *status* de legislação e; 5) as crianças compartilham opiniões e participam das decisões, mas também têm poder e responsabilidade, sendo necessário que novas práticas de compartilhar poder sejam encontradas junto com elas e, por fim, que essas práticas possam ser incorporadas no cotidiano das organizações.

Além dessas categorizações, Lansdown (2005) apresenta três outras categorias sobre os tipos de processos de participação que envolvem a criança, quais sejam: 1) processos consultivos: os adultos iniciam processos, visando obter informações das crianças a respeito de legislação, serviços e políticas; 2) iniciativas participativas: fortalecer os processos democráticos, proporcionando oportunidades às crianças de compreenderem e participarem das decisões que lhes são afetas e; 3) promoção da autodefesa: promoção do empoderamento de crianças, para que elas próprias identifiquem e alcancem seus objetivos e iniciativas.

Diante dessas perspectivas teóricas sobre a participação, entende-se que, quando crianças estão envolvidas em processos participativos, desenvolvem o senso de pertencimento da comunidade, têm a possibilidade de construir uma identidade política e reconhecimento de suas reais necessidades, ampliando os horizontes da cidadania e da democracia (Vieira;

Costa; Oliveira, 2021). Corroborando estas percepções, serão apresentados, a seguir, estudos empíricos sobre o pressuposto da participação de crianças na sociedade.

Em pesquisa recente, Kangas (2016) destaca que a participação de crianças é importante, principalmente, porque pode melhorar suas habilidades e autoestima, o que leva a melhor compreensão de suas competências e processo de aprendizagem. A autora ressalta, também, que um ambiente participativo propicia o atendimento de opiniões que favorecem o processo de gestão democrática de instituições e a garantia de direitos das crianças. O estudo corrobora a ideia de que o contexto de desenvolvimento, bem como o processo de facilitação da participação de crianças, por parte dos adultos, pode influenciar diretamente a possibilidade de as crianças formularem e expressarem suas opiniões.

Nessa direção, Júnior (2017) traz contribuições para a produção de conhecimento na área, quando discute a participação de crianças e adolescentes em procedimentos judiciais, destacando que ainda existe no campo judiciário grande retórica tutelar. Isso significa dizer que ainda persistem atendimentos de cunho assistencialista, moralizadores e de tutela a crianças e adolescentes.

Em publicação mais recente, Costa et al (2025) discutem sobre a importância das metodologias participativas para as experiências de educação ambiental na Amazônia, com destaque para jogos educativos, sessões de cinema, rodas de conversa, palestras, dinâmicas, oficinas lúdicas, dentre outras. O estudo apontou que a metodologia foi fundamental para o processo pedagógico que envolve discussões ambientais na região Amazônica, mas que poderia ser replicado em outros contextos.

Ainda sobre a discussão que envolve território e etnia na sua interface com o desenvolvimento de crianças e adolescentes, notou-se que as metodologias participativas têm sido utilizadas em atividades que fortalecem a perspectiva identidade-território. Ressaltando que esse tipo de metodologia potencializa o processo de escuta dos participantes e propicia ferramentas

para identificar as demandas de cada território nos quais vivem as crianças e adolescentes (2024).

Com efeito, a participação das crianças não deve ser vista apenas como formalidade a ser cumprida em termos jurídicos, uma vez que garantir o direito à participação pode significar contribuir com a melhoria das condições de vida e relações com os outros (Oliveira, 2017). É preciso compreender o olhar das crianças e adolescentes sobre o mundo, os processos que envolvem suas teorizações sobre o mesmo, devendo compreendê-los como sujeitos em desenvolvimento, com um viés de classe, gênero, etnia, entre outros. Abordar o direito à participação de crianças, refere-se, assim, ao processo de garantia de direitos a um segmento historicamente excluído, silenciado e invisibilizado em suas pautas identitárias.

Alguns desafios estão postos no desenvolvimento de metodologias participativas, tais como: garantir o equilíbrio de forças entre pesquisador adulto e crianças, o agenciamento das crianças nas pesquisas, reconhecê-las como criadoras e pertencentes a uma cultura, protagonistas no processo de tomada de decisões, o que pode variar, a depender de suas características pessoais e do contexto sociopolítico local, regional, nacional e internacional.

Neste sentido, Vieira, Costa e Oliveira (2021) destacam que para efetivar a participação de crianças, é necessário superar abordagens naturalizantes da infância, que não apreendem esta categoria a partir das relações sociais, mas, somente, pela matriz biológica. Além disso, as autoras recomendam que se propiciem processos de empoderamento e de educação transgressora, para que as crianças e adolescentes sejam incluídos nos espaços decisórios, despertando consciências individuais e coletivas.

Entende-se que uma das formas possíveis de promover a participação das crianças e adolescentes é incentivar a realização de pesquisas acerca do universo infantojuvenil, que contextualizem suas experiências, garantam ferramentas que lhes facilitem a expressão e, portanto, consigam decifrar a realidade da qual fazem parte e constroem cotidianamente. Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir as metodologias participativas na produção

do conhecimento, como contribuição ao exercício do direito à participação de crianças por meio da investigação científica. Como percurso metodológico, adotou-se a revisão bibliográfica narrativa, que se caracteriza por descrever e discutir o estado da arte de determinado conteúdo, de maneira abrangente e exploratória, utilizando métodos técnicos que não esgotam todas publicações disponíveis em determinada fonte. Aqui neste trabalho, organizou-se os achados de ordem internacional e nacional, a partir de uma cronologia do tempo de publicação. Coloca-se a investigação participativa como um caminho para que esses sujeitos de direitos possam representar suas realidades, deixando de ser objetos de pesquisa e se tornem participativos.

A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COMO PROPULSORA DA GARANTIA DO DIREITOS À PARTICIPAÇÃO: QUESTÕES CENTRAIS SOBRE A INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA

A investigação participativa foca e evidencia as competências das crianças, consegue demonstrar o fato de elas serem produtoras de cultura, permite retratar claramente a realidade da qual fazem parte, altera as condições do meio em que vivem e que estão em interação (Fernandes; Santana, 2011). A corrente crítica da Sociologia da Infância defende que esta disciplina somente galgará seu objetivo de contribuir para a emancipação social da infância se unir trabalho investigativo e analítico às formas de intervenção, o que pode ser realizado de maneira direta ou indireta, por meio de estudos aplicados (Fernandes; Marchi, 2020).

Sendo um tipo de estudo aplicado, a investigação participativa se sustenta a partir da perspectiva de que quanto mais as crianças forem ativamente envolvidas na investigação, melhores elucidadas serão as formas como suas vidas são representadas e maiores serão os ganhos em termos pessoais e sociais (Kirby, 1999). Em pesquisas que são realizadas a partir do paradigma participativo, em termos epistemológicos, entende-se que a realidade é construída socialmente e que, portanto, envolve a participação

recíproca entre sujeito de pesquisa e pesquisador. Este último, por sua vez, traz consigo sua formulação ideológica, paradigmática, referencial de transformação do presente. Além disso, as pesquisas com abordagens participativas apresentam em comum características como: pesquisa-se com um grupo e não sobre ele; nelas, são construídas percepções entre sujeito e pesquisador, que podem mudar ao longo do tempo (Novaes; Drumond, 2013). Ou seja, o planejamento é flexível e os achados podem ser concebidos dentro de uma realidade determinada.

Somam-se a isso aspectos com a finalidade de alterar a realidade objetiva na investigação participativa, com a proposição de novas práticas, instrumentos, técnicas e metodologias, ou seja, novos objetos (Novaes; Drumond, 2013). A investigação participativa, é concebida a partir da ótica dos estudos com crianças. Inclui-se nas características comuns a essa abordagem a noção de que a produção do conhecimento é realizada a partir do quadro sócio-histórico dialético, alterando, assim, os papéis tradicionais, relegados aos pesquisadores e participantes, de maneira que se valorize a relação sujeito-sujeito, em uma tentativa de romper ou desconstruir, progressivamente, com a visão hierarquizada de adulto-investigador e criança-objeto de pesquisa (Fernandes; Marchi, 2020).

A investigação participativa difere de outros tipos de investigação, como a etnográfica, por exemplo, na medida em que a criança assume papel ativo na observação, na descrição, na interpretação, transformando o processo de pesquisa de tal sorte, que a sua relação com os adultos pesquisadores seja baseada em práticas reiteradas de cooperação e negociação (Fernandes; Marchi, 2020). Sobre a investigação etnográfica, as ações das crianças são observadas e interpretadas pelo pesquisador, a participação das mesmas está limitada ao desenho da pesquisa, embora seja necessário destacar que a consideração política das suas vozes, nesse processo, já é um grande passo para o enfrentamento do adultocentrismo (Fernandes; Marchi, 2020).

Diante disso, é importante que as pesquisas proporcionem ferramentas que facilitem a expressão dos sentimentos e opiniões sobre o contexto em que vivem, sua história de vida e suas vontades (Pereira et al., 2016). Uma forma de viabilizar isso é por meio de metodologias participativas, retomando o conceito de metodologia como caminho do pensamento e da prática exercida no processo de decifrar a realidade, fornecendo condições reais à realização da pesquisa (Minayo, 2001). No caso de investigações participativas com crianças, as metodologias funcionam como caminho propulsor do engajamento da criança nas investigações (Pereira et al., 2016) e também como desafio para o paradigma participativo, na medida em que requer imaginação metodológica, criatividade, escolhas metodológicas pertinentes e redefinição da identidade do pesquisador, uma vez que a pesquisa, nesse contexto, segue descentralizada da sua figura e é co-construída com as crianças participantes (Bichara; Becker, 2016; Soares, 2005).

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO CAMINHO DO PENSAMENTO E DAS PRÁXIS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Entende-se a metodologia como o caminho do pensamento e da prática exercida no processo de decifrar a realidade, uma vez que ela ocupa lugar no interior das teorias e, por meio dela, é possível articular pensamento, conteúdos e existência (Minayo, 2001). Em combinação entre a abordagem teórica que lhe emprega e o conjunto de instrumentos e técnicas que possibilitam uma leitura da realidade, a metodologia mostra-se capaz de dar condições de realização à pesquisa, especialmente se contar com a criatividade do pesquisador (Minayo, 2001).

Em se tratando de investigações com crianças e adolescentes, a utilização de metodologias participativas pode ser uma recomendação particularmente interessante, uma vez que são entendidas como um conjunto de instrumentos e técnicas que possuem o pressuposto comum de envolver ativamente os sujeitos da pesquisa na construção dos dados, levando em

consideração uma abordagem colaborativa e não hierárquica (Gallacher; Gallacher, 2008). A intenção é que essa metodologia possa gerar conhecimento acerca de uma realidade anteriormente negligenciada, em contraposição às tradicionais metodologias de pesquisa, que desconsideram a criança e o adolescente como coautores na produção do conhecimento científico.

Em revisão de teses e dissertações, Cunha e Fernandes (2012) identificaram alguns dispositivos metodológicos mais comuns em investigações participativas com crianças, utilizados em pesquisas e intervenções, quais sejam: desenhos, vídeo, fotografia, registros escritos das crianças, pequenos grupos de discussão e outros recursos visuais. A observação participante e os estudos etnográficos são bastante presentes nas investigações com e sobre crianças, embora não se possa afirmar que, quando utilizados, consistem em investigação participativa (Agostinho, 2010; Agostinho, 2016; Fernandes; Marchi, 2020). Esses elementos coadunam com a mudança paradigmática em que se pretende garantir a participação de crianças nos processos investigativos, considerando-as sujeitos ativos em seu próprio desenvolvimento, entendendo que esse ainda é um campo aberto e em constante construção.

A utilização de metodologias participativas, nas investigações científicas, parece pertinente para pensar a construção de espaços de cidadania, garantindo o direito à participação de crianças nos diferentes contextos em que estejam se desenvolvendo e para dar visibilidade às suas interpretações acerca das suas vivências em ambientes diversos. Soma-se a isso, a necessidade de pensar os limites e as possibilidades da investigação participativa e da intervenção centrada na participação de crianças em contexto de vulnerabilidade social como uma demanda que está inscrita na formulação das políticas públicas de proteção à infância no Brasil, que preconizam o direito à liberdade de expressão e participação.

De acordo com Pascual (2006), as diferentes técnicas de investigação e a sua aplicabilidade devem ser contempladas a partir da porção de realidade

que se quer compreender. No entanto, esta não é tarefa fácil, uma vez que o autor aponta pelo menos três dificuldades que envolvem investigações e metodologias participativas com crianças: 1) as dificuldades que se traduzem pelo nível de desenvolvimento da criança, ou seja, sua capacidade cognitiva, discursiva, entre outras; 2) a postura do investigador-adulto perante as crianças, que mesmo com o esforço teórico-metodológico, ainda assim, é assimétrico; e 3) a consideração de que crianças são protegidas, preservadas e, portanto, não são acessadas sem barreiras interpostas pelos adultos, especialmente, no caso de crianças que vivem em instituições.

Além desses apontamentos, outros autores também destacam algumas dificuldades na realização de pesquisas com crianças, quais sejam: 1) criação de uma dinâmica inclusiva, que dê espaço e tempo para a criança se apropriar do processo de investigação e reinventá-lo da maneira que lhe couber (Fernandes; Marchi, 2020); 2) superação da noção de inabilidade da criança (Bichara; Becker, 2016); e 3) adoção do discurso polifônico, em que as vozes das crianças são alinhadas às interpretações do investigador, bem como equilíbrio mútuo de autonomia, cooperação e hierarquia (Becker, 2016).

A partir do uso de metodologias participativas, é possível perceber que as diferentes disciplinas têm renovado suas concepções acerca do que é realizar pesquisa com crianças e sobre infância em nossa sociedade (Pascual, 2006; Fernandes; Marchi, 2020). A Sociologia da Infância e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (2011) passam a reivindicar papel mais ativo das crianças nas pesquisas realizadas com e sobre elas. A seguir, serão apresentados estudos internacionais e nacionais que utilizaram ferramentas metodológicas participativas em investigações com crianças e adolescentes.

O EMERGIR DAS VOZES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A necessidade de buscar técnicas de pesquisa que abarquem o paradigma participativo emergiu na década de 1980 do século XX. Nela, os pesquisadores se interessam em ouvir a criança, seus pontos de vista e experiências e as crianças passam de ‘objetos de preocupação’ para ‘sujeitos ativos’ (Christensen; James, 2000). Nos primeiros anos do século XXI, começou-se a aprofundar a discussão sobre metodologias participativas com crianças em áreas como a Sociologia, Educação, Geografia, entre outras.

De acordo com Gallacher e Gallacher (2008), as metodologias participativas são um conjunto de técnicas que possuem a preocupação comum de envolver ativamente os sujeitos da pesquisa na construção dos dados, levando em consideração uma abordagem colaborativa e não hierárquica. Nesse cenário, o pesquisador não irá produzir conhecimento de ponta, mas terá a responsabilidade de ser facilitador para que as crianças produzam conhecimento acerca de si mesmas.

Os autores Kay et al. (2006) afirmam que metodologias participativas devem propiciar conhecimento acerca de uma realidade anteriormente negligenciada, em contraposição às tradicionais metodologias de pesquisa, que desconsideram a criança como sujeito de direitos, ressaltando que as metodologias efetivamente participativas devem ser eticamente sensíveis e inclusivas, no caso de crianças pequenas ou com alguma deficiência.

Trabalhando com a perspectiva da chamada *Participatory Action Research (PAR)*, em tradução literal, Pesquisa-ação participativa, Shamrova e Cummings (2017) a definem como perspectiva transformacional de redistribuição do poder entre pesquisadores e participantes. As autoras evidenciam que não se trata de um conglomerado de métodos e técnicas, mas de uma orientação epistemológica que valoriza as experiências subjetivas em processos de co-construção do conhecimento sobre a infância.

Esses conceitos estão em congruência com o paradigma da participação da criança, que valoriza a sua voz e as suas ações em defesa dos seus direitos, com interesses legítimos (Sarmiento, 2008), deslocando a discussão de parâmetros adultocêntricos e focalizando a primazia do olhar da criança sobre

os direitos à provisão, proteção e participação nos contextos dos quais faz parte, ou seja, considerá-la como ator social (Moreira; Macedo, 2009).

As metodologias participativas são abordadas na literatura, a partir de duas formas: a primeira diz respeito às vantagens epistemológicas sobre métodos tradicionais e a segunda argumenta que essas metodologias são eticamente mais aceitáveis (Gallacher; Gallacher 2008). Em termos epistemológicos, Kesby (2003) afirma que metodologias participativas para uso em pesquisa qualitativas podem acessar e valorizar conhecimentos que foram negligenciados anteriormente e suscitar conhecimentos mais complexos sobre os fenômenos sociais, possibilitando gerar resultados mais autênticos sobre a realidade da criança, bem como garantir sua participação na prestação de serviços e planejamento social.

Em termos éticos, Thomas e O’Kane (1998) argumentam que uma abordagem participativa, incluindo as ferramentas de pesquisas mais criativas, podem gerar uma maior aproximação entre o pesquisador e a criança, possibilitando confiabilidade e validade nos dados que serão gerados na pesquisa. Esse agenciamento das crianças só é possível, quando o processo de pesquisa e o método estão em sintonia com a maneira das crianças verem e se relacionarem com o mundo, isso significa uma tentativa de dar controle às crianças sobre o processo e valorizar o que elas têm a dizer.

Ainda sobre questões éticas que envolvem metodologias participativas com crianças, Kesby (2003) afirma que as técnicas participativas podem ser respostas a uma crise ética, uma vez que inclui a utilização de ferramentas que possuem relevância prática para os participantes envolvidos na pesquisa. O autor também afirma que o pesquisador é facilitador da reflexão e ação dos participantes do estudo, o que não significa que extirpa todas as relações de poder que envolvem um projeto de pesquisa. De maneira ampla, as pesquisas com metodologias participativas devem levar em consideração alguns pressupostos, tais como: a pesquisa como experiência transformadora, a emancipação social, as relações sociais não hierarquizadas e recíprocas entre participantes e pesquisadores (Fals, 1979).

Nessa direção, O’Kane (2000) afirma que as pesquisas que envolvem técnicas participativas permitem que crianças e jovens moldem o planejamento que foi pensado e foquem em eventos concretos da vida real, envolvendo as crianças no “manejo das coisas”, em vez de “apenas falar”. O autor aponta como técnicas de pesquisa, que podem facilitar a participação da criança, jogos, contação de histórias, diagramas de fluxo, músicas, jogos, desenhos, entre outros.

Autores como Greene e Hogan (2005) utilizam o termo métodos criativos para se referirem às técnicas e instrumentos utilizados em processos inventivos e imaginativos, como narrativa, drama e desenho na realização de pesquisas com crianças. Ao descrever possibilidades para coleta de dados com métodos criativos e participativos com crianças em situação de vulnerabilidade, Greene e Hogan (2005) apontam o mapa social, jogos por meio de histórias, desenhos, fotografias, artes comunitárias, dramatização, como técnicas eticamente sensíveis para a realização de pesquisas com crianças. Em Portugal, Soares (2005) categorizou as ferramentas utilizadas em metodologias participativas, a partir dos conceitos abaixo:

- 1) Ferramentas que apelem à oralidade: entrevistas individuais, pequenos grupos de discussão e debate. Essas entrevistas devem ser realizadas em ambiente aberto para discussão.
- 2) Ferramentas que apelem à criatividade em termos de registros escritos ou gráficos: diários, ensaios, registros, em que as crianças que já dominam a escrita possam transcrever questões cotidianas.
- 3) Ferramentas que apelem à utilização de recursos multimídia: ensaios, diários e registros de observações que a própria criança fez no seu cotidiano, a exemplo de vídeos e fotografias.
- 4) Ferramentas que apelem à expressão dramática: técnicas dramáticas, observação de situações de faz-de-conta, que permitam recriar suas representações sobre o mundo.

Os autores Beazley e Ennew (2006) reconhecem, ainda, como técnicas participativas, o grupo focal, em que os participantes discutem um tópico facilitado por um pesquisador, com um recorte específico e tomando notas acerca daquele momento de debate. E a entrevista, que traz questões sobre a história de vida do participante, em que ele pode completar sentenças ou perguntas abertas, sendo mais utilizadas para aferir questões individuais.

Desse modo, Mason e Hood (2010) argumentam que técnicas participativas em investigações com crianças podem ser usadas, inclusive, com crianças menores de quatro anos, pois é possível convidá-las a atuar, cantar, brincar e usar a linguagem oral. As autoras defendem a ideia de que a adoção de diferenças técnicas permite às crianças compartilharem seus conhecimentos, pontos de vista e opiniões. Para isso, no entanto, é importante que também sejam adotadas metodologias não-verbais, viabilizando ao pesquisador acessar as informações compartilhadas pelas crianças, por meio de um processo de reflexão conjunta e a partir de diferentes formas de expressão.

Ainda buscando abordagens inovadoras, Jorgenson e Sullivan (2010) descreveram uma experiência com entrevistas, a partir do *photovoice*, em que a pesquisadora entregou câmeras descartáveis às crianças para fotografarem a si próprias e suas famílias em momentos da rotina. Posteriormente, as fotos foram utilizadas como guias de uma entrevista semiestruturada que tratava da rotina das crianças com suas famílias.

Com o mesmo tipo de técnica, Kay et al. (2006) mostraram que desenhos podem ser utilizados em pesquisas com crianças, descrevendo um procedimento no qual o pesquisador pergunta sobre um tópico ou evento particular, incentiva a participação desse sujeito por meio da produção de desenhos e depois, conjuntamente, ambos discutem aspectos da atividade. Outro recurso, mencionado pelos autores, consiste em livros denominados “*Allabout me*”, traduzindo, Tudo sobre mim, em que as crianças, a partir de sentenças abertas, incluem informações sobre sua trajetória de vida, formando ao final do preenchimento um documento sobre sua história.

Utilizando o termo crianças como pesquisadoras, Kumpulainen et al. (2013) também utilizaram autorretratos das crianças, tirados em eventos positivos de suas vidas. Os autores gravaram as fotos em formato de vídeo e fizeram um processo de análise conjunta com as crianças, no qual as mesmas refletiam sobre os eventos expostos na gravação. Os pesquisadores entendem que recursos como esse podem ter impacto positivo na promoção do senso de agenciamento das crianças, bem como no seu bem-estar emocional, funcionando, possivelmente, como fator de proteção para o seu desenvolvimento.

Em uma revisão de literatura sobre metodologias participativas, Shamrova e Cummings (2017) perceberam que, entre os 45 artigos científicos de PAR, 35% dos estudos utilizaram métodos criativos, elaborados, especialmente, para acessar a criança e 31% dos pesquisadores utilizaram métodos mais tradicionais de pesquisa. Os demais trabalhos analisados recorreram a métodos mistos, ou seja, que utilizam metodologias participativas, junto a metodologias mais tradicionais de pesquisa com instrumentos como a entrevista e o grupo focal.

Diante do exposto, percebe-se que a investigação participativa com crianças vai muito além da adaptação de ferramentas metodológicas participativas (Soares, 2005) ou da utilização das chamadas técnicas participativas (Mason; Hood, 2010), constituindo-se, contudo, em pontos-chave para a realização desse tipo pesquisa. Todavia, destaca-se que o uso de metodologias participativas leva tempo e pode ser bastante complexo, uma vez que elas incentivam o diálogo, a análise conjunta e processos de aprendizagem recíprocos, com redução da hierarquização e relações de poder que historicamente são estabelecidos entre adultos e crianças, especialmente, na condição de pesquisadores e participantes da pesquisa.

Isso significa dizer que é necessário um processo de planejamento e reflexão acerca do procedimento de pesquisa, para que as metodologias não se reduzam em técnicas sem a devida reflexão de sua importância. As investigações participativas devem levar em consideração, portanto, o nível

de envolvimento dos participantes, a qualidade das técnicas que estão sendo utilizadas e o contexto em que estão sendo aplicadas (Christensen; James, 2017).

De acordo com Shamrova e Cummings (2017), o envolvimento de crianças menores de 10 anos de idade ocorreu em apenas 10% dos trabalhos investigados, sugerindo que metodologias que envolvem a participação da criança atentam para seu nível de desenvolvimento cognitivo, socioemocional e linguístico. Ou seja, a idade da criança e seu nível de desenvolvimento devem ser prioridade na realização de pesquisas participativas.

Além disso, Bradbury-Jones, Isham e Taylor (2018) destacam que, embora as investigações participativas tenham ganhado cada vez mais espaço na ciência dominante, ainda é preciso avançar na realização de pesquisas que envolvam crianças em situação de vulnerabilidade social, com deficiências, vítimas de maus-tratos, que se definem como gays, lésbicas, transgênero, entre outras experiências que podem acentuar a complexidade metodológica dos estudos.

Uma possibilidade para superação de dificuldades de inserção do pesquisador nos contextos de pesquisa é a utilização de metodologias participativas que não precisam da presença física do investigador durante a construção dos dados (Jorgenson; Sullivan, 2010). Tais procedimentos, denominados metodologias para espaço-tempo, incluem a utilização de diários, mapas domésticos, entrevistas e outros tipos de instrumentos para registro, manuseados pelos próprios participantes. Autores como Ergler et al. (2016) argumentam que as metodologias baseadas no espaço-tempo reforçam a ideia de que os pesquisadores precisam adequar as metodologias ao contexto e que assim é possível reconhecer as competências das crianças para manipularem em seus mundos socioespaciais.

De modo geral, esses estudos concordam que o uso de metodologias participativas, dos métodos criativos, ou técnicas participativas, pode facilitar o processo de emergência das vozes e a representação das crianças no processo de pesquisa, colaborando com a narrativa das práticas cotidianas das mesmas

e que poderiam ser obscurecidas, caso outras metodologias fossem utilizadas, contribuindo para uma visão mais complexa e multifacetada do mundo infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As literaturas nacional e internacional têm apontado que em investigações realizadas com crianças, sujeitos concretos da infância, devem ser utilizadas metodologias que encontrem estratégias de aproximação, que levem em conta o envolvimento, a mobilização, a ação individual e coletiva que as envolvem. Para os pesquisadores com atuação na área da Sociologia da Infância, é importante considerar o ponto de vista das crianças nas pesquisas, o que poderá exigir, em certa medida, o abandono do olhar centrado, exclusivamente, no ponto de vista do adulto. Dar atenção e ouvir a criança significa, sobremaneira, compreendê-la como sujeito histórico e social, criadora e pertencente a uma cultura e com voz ativa na sociedade (Sarmiento, 2008).

Diante desse quadro, desde a década de 1980 do século XX, existe um esforço coletivo para se adotar metodologias que incentivem a participação das crianças tanto nas pesquisas, quanto na própria sociedade e nos processos de decisão que as envolvem. Para tanto, metodologias com diferentes instrumentos e técnicas, com a finalidade de fornecerem práticas acessíveis, têm sido desenvolvidas em estudos por todo o mundo. Identificou-se que metodologias como entrevistas, grupos focais, diários, jogos, contação de histórias, músicas, utilização de fotografias e mapas são considerados recursos fundamentais para a realização de pesquisas com crianças, uma vez que permitem maior engajamento nas atividades e, por vezes, nem necessitam da presença física do pesquisador para sua utilização pela criança.

No entanto, cabe ressaltar que as investigações realizadas a partir de um paradigma participativo valorizam as experiências subjetivas em processos de co-construção do conhecimento sobre as infâncias. Isso torna esse tipo de

pesquisa mais complexo, porém, mais inclusivo, possibilitando a participação de crianças em vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, institucionalizadas, com alguma deficiência ou outras particularidades, que por muitos anos foram invisibilizadas por meio de metodologias tradicionais de pesquisa.

Essa complexidade é uma característica inerente às investigações que utilizam metodologias participativas e, portanto, muitas dificuldades foram relatadas pelos pesquisadores e elas estão assentadas na questão do equilíbrio de forças entre adultos e crianças, na criação de espaços efetivamente participativos para a calibração dessas relações, especialmente, quando se trata de sujeitos em vulnerabilidade e risco social, na inclusão de crianças pequenas, com deficiência ou que vivem em instituições.

Diante desse cenário, ressalta-se a necessidade de estudos que busquem preencher as lacunas observadas na literatura nacional e internacional e, sobretudo, que tenham o compromisso ético e político com o processo de engajamento de crianças em pesquisas e na própria sociedade, a partir do exercício do direito à participação. Acredita-se que, dessa forma, é possível construir agentes capazes de introduzir mudanças na sociedade e garantir que suas vozes sejam ouvidas e levadas em consideração, principalmente, na construção de políticas públicas voltadas para seu bem-estar e desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Kátia A. *A educação infantil com a participação das crianças: algumas reflexões*. Da Investigação às Práticas, Lisboa, v.6, n. 1, p. 69-85, 2016.

AGOSTINHO, Kátia A. *Formas de participação das crianças na educação infantil*. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Universidade do Minho, Braga, 2010.

BEAZLEY, Harriot; ENNEW, Judith. “*Participatory methods and approaches: confronting the two tyrannies*”, in Desai V, Potter B (eds), *Doing Development Research*, Sage, London, p. 189-199, 2006.

BECKER, B. *A voz da criança na pesquisa e na sociedade: em busca de metodologias (efetivamente) participativas*. Revista Brasileira de Psicologia, Salvador Bahia, v. 03, n. 01, p. 10-24, 2016.

BICHARA, Ilka D.; BECKER, Bianca. *Com a palavra, as crianças: um debate sobre inovações metodológicas na investigação do brincar*. Revista Brasileira de Psicologia, Salvador Bahia, v. 03, n.1, p. 3-8, 2016.

BRADBURY-JONES, Caroline; ISHAM, Luísa; TAYLOR, Julie. *The complexities and contradictions in participatory research with vulnerable children and young people: A qualitative systematic review*. Social Science & medicine (1982), Amsterdam, n. 215, p. 80-91, 2018.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº. 8.069, de 16 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. *A bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. (eds.). *Research with Children: Perspectives and Practices*. London: Falmer Press, 2017.

COSTA, Mauro Renan Pereira; ASSIS, Clauber Roberto da Fonseca; SARAH, Maysa do Espírito Santo; OLIVEIRA, Michele Taiana Lobato de; KUHL, Ricardo Marino; MACHADO, Gabriel Bedani. *Experiências de Educação Ambiental não formal em Comunidades no interior da Amazônia Paraense*. Curitiba: Revista caderno pedagógico, v.22, n.9, p. 01-22. 2025.

CUNHA, Andréa Carla P. C.; FERNANDES, Natália. *Participação infantil: a sua visibilidade a partir da análise de teses e dissertações em sociologia da infância*. In: Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras. Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2012, p. 36-48.

ERGLER, Cristina R.; KEARNS, Robin; WITTEN, Karen; PORTER, Gina. *Digital methodologies and practices in children's geographies*. Children's geographies, London, v. 14, n.2, p. 129-140, 2016.

FALS, Borda. *História doble de la costa*. Bogotá: Valencia Editores, 1979.

FERNANDES, Natália; MARCHI, Rita de Cássia. *A participação das crianças nas pesquisas: nuances a partir da etnografia e na investigação participativa*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 25, p. 1-16, 2020.

GALLACHER, Lesley; GALLAGHER, Michael. *Methodological immaturity in childhood research? Thinking through participatory methods*. What are “participatory” methods, and why do we need them. *Childhood*, London, v. 15, n.4, p.499-516, 2008.

GREENE, Sheila; HOGAN, Diane. *Researching Children’s Experiences: Approaches and Methods*. London. London: Sage Publications, 2005.

HART, Roger. *Children’s participation: from tokenism to citizenship*. Florence: Unicef, 1992.

JORGENSEN, Jane; SULLIVAN, Tracy. *Accessing children’s perspectives through participatory photo interviews*. *Forum: Qualitative Social Research*, Germany, v. 11, n.1, 2010.

JÚNIOR, Enio G. V. *Breves considerações acerca da participação de crianças e adolescentes em procedimentos judiciais*. *Revista Da ESMESC*, Florianópolis, v.24, n.30, p.81-104, 2017.

KANGAS, Jonna. *Enhancing children’s participation in early childhood education through the participatory pedagogy*. Tese (Doutorado em Educação). University of Helsinki, Helsinki, 2016.

KAY, Tisdall M.; DAVIS, Jonh; HILL, Malcolm. *Children, young people and social inclusion*. Participation for what. Bristol: Polity Press, 2006.

KESBY, Mike. *Participatory diagramming: deploying qualitative methods through an action research epistemology*. *Royal Geographical Society*, Londres, v.32, p. 423-435, 2000.

KIRBY, Perpetua; LANYON, Claire; CRONIN, Kathlenn; SINCLAIR, Ruth. *Building a culture of participation*. London: Department for Education and Skills, 2003.

KIRBY, Perpetua. *Involving Young Researchers*. United Kingdom: Joseph Rowntree Foundation, 1999.

KUMPULAINEN, Kristiina; LIPPONEN, Lasse; HILPPO, Jaakko; MIKKOLA, Anna. *Building on the Positive in Children’s Lives: A Co- participatory Study on the Social Construction of Children’s Sense of Agency*. *Early Child Development and Care*, London, v. 184, n.2, p. 211-229, 2013.

LANSDOWN, Gerison. *¿Me haces caso? El derecho de los niños pequeños a participar em lãs decisiones que los afectan*. Cuadernos sobre Desarrollo Infantil Temprano, 36s, La Haya, 2005.

MARCHI, Rita de Cássia. *O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”:* articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. *Revista Portuguesa De Educação*, Portugal, v.23, n.1, p.183-202, 2010.

MASON, Jan; HOOD, Suzanne. *Exploring Issues of Children and Actors in Social Research*. *Children and Youth Services Review*, Amsterdam, v.33, n.4, p.490-495, 2010.

MENDES, Thatiane Maria Almeida Silveira. *Territorialidade e identidade em crianças da comunidade quilombola Moita verde, RN: uma metodologia baseada na investigação-ação-participativa*. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Martha C. N.; MACEDO, Aline Duque. *O protagonismo da criança no cenário hospitalar: um ensaio sobre estratégias de sociabilidade*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 645-652, 2009.

NOVAES, Marcos B. C.; DRUMMOND, Joceli Regina. *Aspectos Epistemológicos da Pesquisa-Ação: Uma abordagem interpretativista - crítica*. Rio de Janeiro: Anais do XXXVII Encontro da ANPAD, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_EOR768.pdf. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

O’KANE, Claire. *The development of participatory techniques: facilitating childrens views about decisions which affect them*. In: CHRISTENSEN, P; JAMES, A. (Eds). *Research with Children: Perspectives and Practices*, London: Falmer Press, 2000, p. 136-159.

OLIVEIRA, Fabiana. *A infância, as crianças e a educação infantil: reflexões acerca da questão étnico-racial* (Childhood, children and early childhood education: reflections on the ethnic-racial issue). *Crítica Educativa*, Sorocaba, v.2, n.2, p.136-149, 2017.

PASCUAL, Iván Rodríguez. *Redefiniendo el trabajo metodológico cualitativo con niños: el uso de la entrevista de grupo aplicada al estudio de latecnología*. *Empiria. Revista de Metodología de las Ciencias Sociales*, Buenos Aires, n.12, p.1139-5737, 2006.

PEREIRA, Viviane Ribeiro et al. *Metodologias participativas em pesquisa com crianças: abordagens criativas e inovadoras*. *Rev Gaúcha Enferm*, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.67908>.

SANTANA, Juliana P.; FERNANDES, Natália. *Pesquisas participativas com crianças em situação de risco e vulnerabilidade: possibilidades e limites*. In:

XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais de Ciências Sociais, Grupo de Trabalho - GT 38 Crianças e Infâncias Luso Afro-Brasileiras: olhares transnacionais e diversidades em diálogo. Apresentação oral, Salvador, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Sociologia da Infância: correntes e confluências*. In: SARMENTO M. J.; GOUVÊA M. C. S. Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-39.

SHAMROVA, Daria P.; CUMMINGS, Cristy E. *Participatory action research (PAR) with children and youth: An integrative review of methodology and PAR outcomes for participants, organizations, and communities*. Children and Youth Services Review, Amsterdam, v. 81, p. 400-412, 2017.

SHIER, Harry. *Pathways to participation: openings, opportunities and obligations*. Children & Society, New Jersey, v. 15, p. 107-117, 2001.

SOARES, Natália Fernandes. *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida - representações, práticas e poderes*. 2005. Tese (Doutorado em Estudos da Criança - Ramo do Conhecimento Sociologia da Infância) - Universidade do Minho, Braga, 2005.

THOMAS, Nigel; O'KANE, Claire. *The ethics of participatory research with children*. Children & Society, Swansea, v. 12, n.5, p. 336-348, 1998.

VIEIRA, Monique Soares; GOMES, Renata da Costa; BARROS, Simone de oliveira. *A participação sociopolítica de crianças e adolescentes: novas perspectivas e antigos desafios*. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-20, 2021.

Recebido em: 09/09/2024

Aprovado em: 23/07/2025

Publicado em: 29/09/2025